



UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA & GESTÃO DEMOCRÁTICA A PARTIR DA OBSERVAÇÃO DO COTIDIANO DA ESCOLARIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM DUQUE DE CAXIAS – RJ

Célia Regina Machado Jannuzzi Loureiro ¹
Joana da Rocha Moreira ²
Rosângela Costa Soares Cabral ³
Maria Aparecida Mendes ⁴
Orientador do Trabalho – Allan Rocha Damasceno ⁵

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se origina da pesquisa realizada em uma Escola municipal em Duque de Caxias/RJ, essa pesquisa foi realizada no cenário contemporâneo de inclusão em educação, com destaque à Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) em sua interface com a Gestão Democrática, prevista na Constituição Federal 1998 e na LDBEN (1996).

O Município de Duque de Caxias, aonde a Escola encontra-se situada é um dos dez municípios⁶ que compõem a Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, esse Município assim como os demais Municípios da Baixada Fluminense é marcado por enormes diferenças culturais, sociais e econômicas em sua população. Marques (2006) chama a atenção para essas diferenças: por um lado durante muito tempo os jornais de grande circulação no Rio de Janeiro falavam (e ainda falam) da violência, da pobreza, das condições de vida da população, por outro os intelectuais exaltavam e exaltam de forma

¹ Mestre pelo Curso de Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, celia.pedrov@gmail.com

² Mestre pelo Curso de Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, joanadarochamoreira@gmail.com;

³ Doutoranda do Curso de Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, rosangellacabral@gmail.com

⁴ Mestranda em _____ Doutor pelo Curso de XXXXX da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UF, coautor3@email.com;

⁵ Professor orientador: titulação, Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense - UFF, lepedi-ufrrj@hotmail.com.

⁶ Os outros municípios que compõe a Baixada Fluminense são: Queimados, Magé, Guapimirim, Belford Roxo, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Japeri, Nilópolis e Mesquita.



romântica o fato da região ser ocupada por muitas pessoas trabalhadoras, os jornais nas últimas décadas, também vem noticiando o grande potencial de crescimento e progresso da região. Todas essas questões contrapõem-se, caracterizam e fazem parte da realidade de Duque de Caxias e demais municípios da Baixada Fluminense.

Sendo esse um trabalho que pretende abordar a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva é importante lembrar que a Educação Especial sempre apresentou historicamente uma característica segregadora e excludente como relatam Glat, Pletsch e Fontes (2007):

A Educação Especial tradicionalmente se configurou como um sistema paralelo e segregado de ensino, voltado para o atendimento especializado de indivíduos com deficiências, distúrbios graves de aprendizagem e / ou de comportamento, e altas habilidades. Contudo, a partir das últimas décadas, em função de novas demandas e expectativas sociais, os profissionais da área têm se voltado para a busca de outras formas de educação escolar com alternativas menos segregativas de absorção desses educandos nas redes de ensino (GLAT, PLETSCHE FONTES, 2007, p 344)

No entanto, o município de Duque de Caxias apresenta há muitas décadas iniciativas de uma Educação menos segregadora, muitas vezes com iniciativas educacionais anteriormente às ações federais como ressaltam Calixto e Ribeiro (2016):

A Educação Especial e Inclusiva em Duque de Caxias acompanha o movimento internacional voltado para inclusão das pessoas com deficiência nos sistemas regulares de ensino, além de se antecipar em alguns momentos em relação às ações da esfera federal (CALIXTO e RIBEIRO, 2016, p. 59)

É importantíssimo definir sobre o que entendemos por Educação Inclusiva, para isso servimo-nos do princípio de Escola Inclusiva apresentado na Declaração de Salamanca:

O Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)



A importância dessa exemplificação a partir da Declaração de Salamanca é que esta é considerada um marco na Educação Inclusiva, como explicam Calixto e Ribeiro (2009):

Com o objetivo de instaurar determinações específicas para o atendimento educacional das pessoas com deficiências, em 1994, Declaração de Salamanca trata “sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais” (UNESCO, 1994, p. 1), e é considerada como um marco norteador para a criação de políticas e legislações que viram atender as pessoas com deficiência na área educacional. A partir de então, iniciam-se movimentos para incluir as pessoas com deficiência nas redes de ensino regular, uma vez que essa é a perspectiva adotada nesse documento. A partir dele, os governos que assinam a declaração se comprometem a adotar “o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma” (UNESCO, 1994, p. 2). (CALIXTO e RIBEIRO, 2016, p. 49)

A hipótese inicial da pesquisa era a de que um dos fatores que contribuem para o processo de inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial na Escola pesquisada é a gestão democrática dessa escola.

Ao falarmos de gestão democrática lembramos que esta vem estabelecida na Constituição Brasileira, no capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I - Da Educação, no Art. 206. “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei.” Mais tarde a LDBEN de 1996 reafirmou esse princípio, Mendonça (2000) nos alerta que entanto não houve um aprofundamento na regulamentação desse princípio como era previsto e esperado.

Embora a Constituição date do ano de 1988, ou seja, há mais de trinta anos, ainda hoje a Gestão Democrática encontra-se em processo de implantação. Diversos fatores podem ser atribuídos para essa demora em efetivar esse processo mais uma muito importante é um fator que Mendonça (2019) chama a atenção que quando a LDBEN estipulou em seu artigo 14 que: “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica” ele tirou do Governo Federal a incumbência de definir uma legislação única para a Gestão democrática em todas as Escolas públicas do país e a repassou aos sistemas de ensino estaduais e municipais, com isso são mais de 9000 unidades federativas entre Estados e Municípios a elaborar suas legislações sobre Gestão Democrática.



Um exemplo de diferença entre essas legislações é a escolha do Gestor, exemplificando com a Baixada Fluminense, onde fica o município lócus do Estudo, entre os dez municípios encontram-se duas formas de chegar-se ao cargo de Diretor escolar: uns municípios por nomeação e outros por eleição de diretores.

Garcia e Freitas (2016) apontam outros fatores que contribuíram para que a Gestão Democrática não se efetivasse como deveria:

A gestão democrática, apesar de ser uma determinação legal, não se encontra consolidada nos sistemas de ensino, o que demonstra que não basta uma determinação legal para que ela seja incorporada à prática da escola. A gestão democrática é uma prática político-pedagógica que procura estabelecer mecanismos institucionais capazes de promover a participação qualificada dos agentes educacionais e demais setores interessados na ação educativa. Isso requer um engajamento coletivo na formulação das diretrizes escolares, no planejamento das ações, assim como na sua execução e avaliação. Vários fatores contribuíram para que a gestão democrática não se efetivasse nos sistemas educacionais, entre eles, as precárias condições de trabalho na escola e a cultura centralizadora que dificulta a distribuição de poder entre os diferentes segmentos da escola (GARCIA e FREITAS, 2016, p. 11-12).

A Declaração de Salamanca já ressaltava a importância da Administração Escolar e suas contribuições que atuassem em prol de uma escola inclusiva, como registram os artigos 33 e 34 dessa Declaração:

33. Administradores locais e diretores de escolas podem ter um papel significativo quanto a fazer com que as escolas respondam mais às crianças com necessidades educacionais especiais desde de que a eles sejam fornecidos a devida autonomia e adequado treinamento para que o possam fazê-lo. Eles (administradores e diretores) deveriam ser convidados a desenvolver uma administração com procedimentos mais flexíveis, a reaplicar recursos instrucionais, a diversificar opções de aprendizagem, a mobilizar auxílio individual, a oferecer apoio aos alunos experimentando dificuldades e a desenvolver relações com pais e comunidades. Uma administração escolar bem sucedida depende de um envolvimento ativo e reativo de professores e do pessoal e do desenvolvimento de cooperação efetiva e de trabalho em grupo no sentido de atender as necessidades dos estudantes. • 34. Diretores de escola têm a responsabilidade especial de promover atitudes positivas através da comunidade escolar e via arranjando uma cooperação efetiva entre professores de classe e pessoal de apoio. Arranjos apropriados para o apoio e o exato papel a ser assumido pelos vários parceiros no processo educacional deveria ser decidido através de consultoria e negociação. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 23-24)

A Escola pesquisada tem em sua gestão, diretoras eleitas, pois o Município de Duque de Caxias, desde o ano de 2015 instituiu a eleição para Diretores como forma de escolha



de seus gestores escolares. Já aconteceram três pleitos e no ano de 2020 encontramos no terceiro mandato por eleição (primeiro ano do terceiro biênio)

Durante a pesquisa recorreremos constantemente aos conceitos versados nos documentos legais pois estes traduzem em linhas gerais aspectos legais e pedagógicos que precisam ser assumidos, assimilados e acomodados tanto pelas políticas públicas como pelos profissionais que atuam na educação.

A pesquisa se fundamentou teórico-metodologicamente na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, principalmente nas ideias do pensador Theodor Adorno. Além de Theodor Adorno, outros pensadores foram utilizados na discussão e análise de dados. Sobre as questões referentes à Educação Inclusiva os principais autores consultados foram: Allan Rocha Damasceno, Marcos Mazzotta, Maria Teresa Eglér Mantoan, Paulo Freire, Rosana Glat e Valdelúcia Alves da Costa;

Sobre as questões referentes à Gestão Democrática os principais autores consultados foram: Adilson Cesar de Araújo, Erasto Fortes Mendonça, Moacir Gadotti e Vitor Henrique Paro.

Os objetivos dessa pesquisa foram:

- Caracterizar as Políticas públicas de educação quanto à inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial, sua concepção e a implementação, no município de Duque de Caxias;
- Caracterizar as experiências do processo de inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas turmas regulares da Escola *lócus* do estudo;
- Caracterizar as experiências no âmbito da gestão democrática da *lócus* do estudo e sua relação com o processo de inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial;
- Avaliar as concepções dos membros do Conselho Escolar, partícipes da pesquisa, sobre a inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial no espaço da escola *lócus* do estudo;

O presente trabalho se justifica na medida em que é na escola que se apresenta a oportunidade de observar como a legislação educacional adquire materialidade, como está ocorrendo a implementação das políticas traçadas, se realmente o que está previsto



no texto da lei está trazendo benefícios para os estudantes e demais membros da comunidade escolar.

Na escola também podemos observar as dificuldades encontradas, tanto pelos professores quanto pelos gestores, e as estratégias que estão sendo traçadas para enfrentá-las. Não pretendemos, no entanto, apenas descrever a realidade, mas apontar os potenciais emancipatórios nessa realidade, pois do contrário seria apenas uma denúncia dos problemas encontrados

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A Teoria crítica foi adotada nessa pesquisa, como concepção teórico-metodológico, considerando a importância da crítica nas análises. Consideramos também a indissociabilidade entre práxis e conhecimento e o pensamento de Adorno foi nossa principal lente utilizada para enxergar/problematizar a realidade.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram:

- Análise documental
- Observação na escola lócus do estudo;
- Entrevistas semiestruturadas com os membros do Conselho Escolar.

Sobre esses procedimentos acreditamos que devemos tecer algumas considerações, o que faremos a seguir.

A **análise documental** foi de grande importância para a pesquisa pois pode-se ter acesso a todos os documentos dos últimos anos, tanto documentos confeccionados pela Escola (Atas de GES, Atas de COC, atas de Reuniões Pedagógica, de Pais, da Equipe, do Conselho Escolar, Planos de Gestão, ofícios recebidos) quanto de documentos recebidos pela Escola (e-mails oriundos da SME/DC, Resolução de Matrícula, pressupostos filosóficos do município, Orientações da CEE quanto à inclusão dos Estudantes Público-alvo da Educação Especial). O acesso à esses documentos foi primordial para traçar um panorama do pregam as políticas, do que esperam os governantes e do que a Escola relata, entende, concorda, avalia, estrutura.



Sobre a **observação na escola lócus do estudo**; não causou nenhum estranhamento pois a Escola já tem o costume de receber visitas, estagiários e pesquisadores, o que não causa nenhum transtorno ao seu cotidiano e não existe nenhum tipo de censura por parte das gestoras ao acesso de pesquisadores às dependências da Escola ou aos materiais solicitados.

Sobre as **entrevistas**, acreditamos ser importante delimitar quem foram os sujeitos participantes da pesquisa, foram elencados os membros do Conselho Escolar. Essa escolha foi feita pois o Conselho da Escola pesquisada é atuante e nele se encontravam representados membros de todos os segmentos da comunidade escolar: gestores, professores, funcionários, alunos, equipe técnico-pedagógica, pais e responsáveis. Ao todo foram entrevistadas 14 pessoas: 2 gestores, 2 membros da equipe técnico-pedagógica, 2 alunos do 2º. Segmento, 2 professoras do 1º. Segmento do Ensino Fundamental, 2 professoras do 2º. Segmento do Ensino Fundamental, 2 funcionárias (não docentes), 2 mães de alunos. As entrevistas foram realizadas nas dependências da Escola, gravadas e depois transcritas.

Como instrumento foi utilizado o questionário de caracterização aonde foram coletadas informações dos sujeitos participantes da pesquisa.

A pesquisa foi autorizada pela Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias e obteve a concordância dos Gestores e profissionais da Escola pesquisada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Escola Municipal lócus dessa pesquisa é uma escola, situada no bairro de Jardim Primavera, 2º. Distrito do município de Duque de Caxias. Duque de Caxias é um Município da Baixada Fluminense no Estado do Rio de Janeiro.

No período da pesquisa a Escola tinha, segundo informações do Censo Escola do mês de dezembro de 2019, 523 alunos matriculados no Ensino Regular, desses alunos 16 frequentam a Sala de Recursos por se constituírem em público alvo da Educação Especial

Os sujeitos do estudo apontaram que as Políticas Públicas estão na direção certa, no entanto existe uma grande diferença entre o que preconiza a legislação e o que acontece na realidade

Apontaram também que é muito importante:



- A qualificação dos profissionais;
- Que a escola receba profissionais, não só os professores, mas também os agentes de apoio à inclusão;
- Receber materiais pedagógicos em tipos diversos e números suficientes;
- Destacaram também a importância da Rede implantar as Salas de Recursos em todas as Escolas, sendo essa uma grande ferramenta de apoio na inclusão de pessoas com deficiência;
- A educação inclusiva vem acontecendo mais pela vontade da comunidade do que por investimentos reais do município;
- Acreditam que as atuais políticas interfiram positivamente no momento que garantem a matrícula e a permanência dos estudantes público alvo da Educação Especial na escola;
- A Escola pesquisada realiza essas matrículas, mas os entrevistados acreditam ainda que nem todas as unidades escolares do município realizam essa inclusão de forma tão efetiva quanto essa UE;

•

São identificadas na Escola pesquisada:

- O diálogo entre todos os setores;
- A disposição por parte das gestoras e demais membros da Equipe Diretiva em ouvir e aceitar sugestões;
- A disposição dos professores e funcionários em trabalhar e aprender a trabalhar com os estudantes público-alvo da Educação Especial;
- Atender aos estudantes público alvo da Educação Especial é também uma forma de resistência, uma forma de luta;
- Essa luta cotidiana pela inclusão dos estudantes público alvo da Educação Especial contribui para a emancipação deles e para o crescimento de todos, pois é fruto de uma reflexão e atuação contra a lógica do capital, sempre excludente;
- A inclusão dos estudantes público alvo da Educação Especial contribui para o crescimento de todos, pois ao relatar que ao se libertar das amarras do pensamento (no caso em questão as amarras dos pensamentos excludentes e



segregadores), o indivíduo se liberta ao mesmo tempo em que se torna libertador;

- A transparência, a clareza de informações, a boa publicidade e comunicação de quando as reuniões acontecem e o incentivo a participação (real e não apenas passiva) de todos são considerados fatores essenciais;
- Foi apontado como fator importante nessas relações a convivência democrática com ética e o estabelecimento de limites e de princípios a serem respeitados;
- Sobre o Conselho Escolar, o Grêmios Estudantil e a participação dos pais na Escola, foi apontado que esses elementos podem ser ferramentas importantes para a democratização do Ensino e assim impulsionar a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- Os entrevistados reconhecem a importância do PPP, mas que ainda existem entraves, ainda existem dificuldades nessa construção coletiva;

Alguns sujeitos da pesquisa ainda demonstram desconhecer o PPP, sua finalidade e a importância dos momentos de construção e reelaboração do PPP, embora a maioria tenha apontado que este é importante e que reavaliá-lo/atualizá-lo também são ações importantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos com este estudo fomentar o debate sobre a democratização do ensino e a humanização da Educação através das experiências (com)partilhadas pela Escola pesquisada;

O debate emergente dessas experiências pode contribuir para a construção de uma sociedade mais plural e humana;

Acreditamos ainda que as experiências apresentadas não tenham por fim a “crítica pela crítica”, pois isso fugiria totalmente ao objetivo proposto pela Teoria Crítica. Nas palavras de Schweppenhaeuser “quem é capaz de exercer a crítica deve, também, ser capaz de dizer como pode ser feito de melhor forma” (VILELA, 2003, p.13). Nesse sentido, que essas experiências sirvam para que outras Escolas reflitam sobre a afirmação de uma Educação mais democrática e emancipadora.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 de dez.1996.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial. Série Livro. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994.

CALIXTO, Hector Renan da Silveira. RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. **A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM DUQUE DE CAXIAS: MARCOS HISTÓRICOS.** Periferia, Educação, Cultura e Comunicação. v.8 n.2. p. 45-65, jul-dez 2016.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

Glat, Rosana; Pletsch, Márcia Denise; Souza Fontes, Rejane de. **Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade.** Revista do Centro de Educação, vol. 32, núm. 2, 2007, pp. 343-355 Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, RS, Brasil

MARQUES, Alexandre dos Santos. Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas. **Pilares da História:** Duque de Caxias e Baixada Fluminense, Duque de Caxias, ano 4, n. 6, p. 7-16, abril/2006. Disponível em: http://www.bvambientebf.uerj.br/banco_de_imagens/revistas_pilar_hist/06_revista_pilares_da_historia.pdf#page=8. Acesso em: 22 ago. 2020.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A regra e o jogo: Democracia e patrimonialismo na educação brasileira.** Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.